

Sul América Companhia de Seguro Saúde  
CNPJ 01.685.053/0001-56



Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde (“Companhia”), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 390 emitida em 02/12/2015. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Conjuntura econômica:** O ano de 2016 foi marcado por surpresas, tanto políticas como econômicas. O Brasil passou pelo processo de impeachment e o início de um novo governo, que busca dar um novo direcionamento à política econômica. A economia brasileira, em quadro recessivo nos últimos dois anos, deve encerrar 2016 com queda no PIB de 3,5%, acumulando retração próxima de 8% no biênio 2015/2016. No âmbito internacional, eventos como o Brexit (a saída da Inglaterra da União Europeia) e a eleição de Donald Trump nos EUA contribuíram para o aumento da incerteza global. As despesas com consumo das famílias brasileiras recuaram pelo segundo ano consecutivo, refletindo a combinação de elevado nível de endividamento familiar com a deterioração progressiva do mercado de trabalho. A taxa de desemprego oficial deve encerrar 2016 em cerca de 12% (contra 9% em 2015), deixando mais de 12,0 milhões de brasileiros desempregados. Apenas no segmento formal da economia, foram fechadas cerca de 1,5 milhão de vagas no ano. Os investimentos permanecem em queda pelo terceiro ano consecutivo como resultado de um setor industrial endividado e com elevada capacidade ociosa, aliado a baixa confiança dos empresários. No setor externo, a combinação de câmbio depreciado e recuperação dos preços das commodities permitiu à balança comercial acumular superávit de US\$477 bilhões em 2016, reduzindo o déficit em contas correntes de US\$60,6 bilhões (3,6% do PIB) em 2015 para US\$20 bilhões em 2016, ou 1,1% do PIB. Esse desempenho, ainda que resulte em baixa contribuição para o crescimento, constitui em importante fator para reduzir os efeitos adversos de um ambiente internacional instável. A inflação que se mostrava mais resiliente ao longo da primeira metade do ano ingressou em um processo de redução mais incisivo nos últimos meses de 2016. O IPCA, que encerrou o primeiro semestre contabilizando inflação de 8,84% em termos anuais, recuou para 6,30% no final de dezembro, fechando o ano dentro da banda do regime de metas. O arrefecimento das pressões inflacionárias em meio ao aprofundamento da queda da atividade permitiu que o Banco Central desse início ao processo de flexibilização monetária. Nas duas últimas reuniões do comitê de política monetária (Copom) do ano,

a SELIC foi reduzida de 14,25% para 13,75% ao ano, deixando aberta a possibilidade de continuação e intensificação do ciclo de afrouxamento. No âmbito fiscal, o governo conseguiu importantes avanços na construção de um novo regime baseado, fundamentalmente, no controle das despesas públicas. O novo regime visa restaurar a capacidade de gerar superávits sustentáveis necessários ao estancamento do endividamento público. Ainda que não traga resultados expressivos no curto prazo, essa nova postura se constitui em importante elemento para a restauração da confiança e retomada do crescimento econômico nos próximos anos. As expectativas que cercam o ano de 2017 permitem certo otimismo. O esperado maior dinamismo da economia americana, podendo resultar em desvalorização cambial, dará sustentação ao bom desempenho do setor externo e, consequentemente, ao setor industrial. Avanços na agenda fiscal combinado com juros domésticos em queda contribuirão para o aumento dos investimentos e deverão pavimentar o caminho para a retomada do crescimento econômico em 2017.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2016	2015	Δ
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	12.091,4	10.389,7	16,4%
Sinistros retidos	(9.806,5)	(8.441,2)	(16,2%)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	2.284,9	1.948,4	17,3%
Resultado bruto	1.969,1	1.650,3	19,3%
Resultado financeiro líquido	547,4	410,7	33,3%
Resultado patrimonial	142,8	194,3	(26,5%)
Resultado antes dos impostos e participações	1.209,5	967,5	25,0%
Resultado líquido	821,3	692,9	18,5%

**3. Comentário sobre o desempenho:** Em 2016, os prêmios ganhos pela Companhia totalizaram R\$12.091,4 milhões, com um aumento de 16,4%. Os sinistros retidos somaram R\$9.806,5 milhões, representando 81,1% dos prêmios ganhos. O resultado patrimonial passou de R\$194,3 milhões em 2015 para R\$142,8 milhões em 2016. O resultado financeiro alcançou R\$ 547,4 milhões em 2016, com incremento de 33,3% sobre o exercício anterior. O resultado líquido atingiu R\$821,3 milhões, um aumento de 18,5% sobre o exercício anterior.

4. Distribuição do resultado:

Descrição	2016	2015
Lucro antes dos impostos e participações	1.209,5	967,5
(-) Impostos e contribuições	(355,7)	(242,3)
(-) Participações	(32,5)	(32,2)
Lucro líquido do exercício	821,3	692,9

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)			
	Notas	2016	2015
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>4.228.503</b>	<b>3.991.424</b>
Disponível	–	18.069	11.750
Realizável	–	4.210.434	3.979.674
Aplicações financeiras	5	3.685.906	3.205.040
Aplicações garantidoras a provisões técnicas	–	2.298.431	2.121.016
Aplicações livres	–	1.387.475	1.084.024
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	233.760	210.074
Prêmio a receber	6.1	223.655	204.663
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	10.105	5.411
Despesas diferidas	7	147.748	120.237
Créditos tributários e previdenciários	8	53.480	2.360
Bens e títulos a receber	9	86.261	440.399
Despesas antecipadas	–	3.279	1.564
Não circulante	–	3.660.873	3.076.753
Realizável a longo prazo	–	1.963.297	1.714.089
Aplicações financeiras	5	1.950	2.011
Aplicações livres	–	1.950	2.011
Créditos tributários e previdenciários	8	92.351	86.151
Despesas de comercialização diferidas	7	385.544	325.985
Ativo fiscal diferido	8	249.068	203.492
Depósitos judiciais e fiscais	15.1	1.232.707	1.093.628
Outros créditos a receber a longo prazo	–	1.677	2.822
Investimentos	–	1.567.794	1.239.713
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	–	1.567.794	1.239.713
Participações societárias - operadoras de planos de assistência à saúde	10	291.656	202.566
Participações societárias - outras entidades	10	1.276.138	1.037.147
Imobilizado	–	41.348	43.561
Imobilizado de uso próprio	–	22.560	23.367
Bens móveis - Não hospitalares/ Não odontológicos	–	22.560	23.367
Outras imobilizações	–	18.788	20.194
Intangível	11	88.434	79.390
Total do ativo		7.889.376	7.068.177
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>2.682.071</b>	<b>2.569.416</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	2.280.429	2.106.970
Provisões de prêmios	–	300.623	260.206
Provisão de prêmios não ganhos	–	276.240	240.275
Provisão para remissão	–	24.383	19.931
Provisão de sinistros a liquidar para SUS	–	20.839	18.814
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	–	1.383.152	1.189.329
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	–	575.815	638.621
Débitos de operações de assistência à saúde	–	70.328	42.228
Contraprestações / prêmios a restituir	–	47	40
Comercialização sobre operações	–	16.386	17.574
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	–	53.895	24.614
Débitos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	22.121	41.936
Provisões	–	61.523	130.452
Provisões para IR e CSLL	–	2	76.272
Provisões para ações judiciais	15.2	61.521	54.180
Tributos e encargos sociais a recolher	–	69.072	71.013
Empréstimos e financiamentos a pagar	17	999	–
Débitos diversos	18	177.599	176.817
Não circulante	–	1.048.356	929.600
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	36.850	34.677
Provisão para remissão	–	21.880	18.929
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	–	14.970	15.748
Provisões	–	175.658	164.806
Provisões para ações judiciais	15.2	175.658	164.806
Tributos e encargos sociais a recolher	–	832.712	730.072
Tributos e encargos sociais a recolher	–	832.712	730.072
Tributos e contribuições	15.2	832.712	730.072
Empréstimos e financiamentos a pagar	17	3.091	–
Débitos diversos	18	45	45
Patrimônio líquido	19	4.158.949	3.569.161
Capital social	–	2.277.208	1.922.993
Reservas	–	2.266.230	2.100.494
Reservas de capital	–	(39.913)	(39.913)
Reservas de lucros	–	2.306.143	2.140.407
Ajustes de avaliação patrimonial	–	(23.436)	(93.273)
Ações em tesouraria	–	(361.053)	(361.053)
Total do passivo e patrimônio líquido		7.889.376	7.068.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Descrição	2016	2015
(+) Reversão de reserva estatutária e outros ajustes	–	10,8
Lucro líquido após compensações	821,3	703,7
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(41,1)	(35,2)
Lucro líquido ajustado	780,2	668,5
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	195,1	167,1
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios	40,0	56,6
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos obrigatórios	155,1	110,5
(-) Juros sobre capital próprio a serem considerados com reservas estatutárias	64,2	–
Bruto	258,0	130,0
Imposto de renda	(38,7)	(19,5)
Saldo dos dividendos obrigatórios		
Dividendos adicionais pagos conforme RCA aprovada em 10/04/2015	–	73,4
Dividendos adicionais pagos conforme RCA aprovada em 09/11/2015	–	44,0
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	–	–
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	482,2	364,5

**5. Investimentos:** Em 31/12/2016, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Santa Cruz Participações S.A. no montante de R\$908,3 milhões, Sul América Serviços de Saúde S.A. no montante de R\$179,7 milhões, Sul América Saúde Companhia de Seguros no montante de R\$42,7 milhões, Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. no montante de R\$321,8 milhões, Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. no montante de R\$44,8 milhões, Sul América Odontológico S.A. no montante de R\$69,3 milhões e Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. no montante de R\$1,3 milhão. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”:** A Companhia não possui ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”. **7. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Notas	2016	2015
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	–	12.091.386	10.389.669
Receitas com operações de assistência à saúde	–	12.206.321	10.475.337
Prêmios retidos	20.1	12.213.723	10.479.522
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	–	(7402)	(4.185)
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	–	(114.935)	(85.668)
Sinistros retidos	–	(9.806.499)	(8.441.241)
Sinistros conhecidos ou avisados	20.2	(9.868.380)	(8.360.634)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	–	62.806	(80.258)
Despesa com resseguro	–	(925)	(349)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	–	2.284.887	1.948.428
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	33.905	559
Outras receitas operacionais	–	33.905	559
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	20.5	(336.080)	(298.500)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	–	(252.352)	(241.246)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	–	(863)	(552)
(-) Recuperação de outras despesas operacionais de assistência à saúde	–	–	2
Provisão para perdas sobre créditos	–	(82.865)	(56.704)
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	20.5	(13.638)	(189)
Resultado bruto	–	1.969.074	1.650.298
Despesas de comercialização	20.3	(780.320)	(658.877)
Despesas administrativas	20.4	(669.387)	(628.976)
Resultado financeiro líquido	20.6	547.353	410.694
Receitas financeiras	–	684.514	523.013
Despesas financeiras	–	(137.161)	(112.319)
Resultado patrimonial	10	142.778	194.318
Receitas patrimoniais	–	142.918	194.373
Despesas patrimoniais	–	(140)	(55)
Resultado antes dos impostos e participações	–	1.209.498	967.457
Imposto de renda	20.7	(218.127)	(172.467)
Contribuição social	20.7	(183.196)	(121.979)
Impostos diferidos	20.7	45.607	52.128
Participações sobre o resultado	–	(32.497)	(32.227)
Resultado Líquido	–	821.285	692.912
Quantidade de ações em circulação	–	81.283.967	77.808.252
Resultado líquido por lote de mil ações		10,10	8,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Ágio (Deságio) em transações de capital	Total das reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucro	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2015	1.836.393	(39.913)	(39.913)	46.312	1.705.183	1.751.495	(43.160)	(361.053)	–	3.143.762
Reversão de reserva estatutária - reflexo combinação de negócios (nota 2.2 em 31/12/2015)	–	–	–	–	(10.751)	(10.751)	–	–	10.751	–
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(50.113)	–	–	(50.113)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	692.912	692.912
Proposta da destinação do resultado:										
Reserva legal	–	–	–	35.183	–	35.183	–	–	(35.183)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	364.480	364.480	–	–	(364.480)	–
Dividendos obrigatórios antecipados pagos - R\$0,7103 por ação ON e R\$0,7813 por ação PN conforme RCA aprovados em 10/04/2015	–	–	–	–	–	–	–	–	(56.620)	(56.620)
Juros sobre o Capital Próprio capitalizados e pagos - R\$1,6732 por ação ON e R\$1,8405 por ação PN conforme RCA aprovados em 30/09/2015	86.600	–	–	–	–	–	–	–	(130.000)	(43.400)
Dividendos adicionais propostos pago - R\$0,9205 por ação ON e R\$1,0126 por ação PN conforme RCA aprovados em 10/04/2015	–	–	–	–	–	–	–	–	(73.380)	(73.380)
Dividendos adicionais propostos pago - R\$0,5520 por ação ON e R\$0,6071 por ação PN conforme RCA aprovados em 09/11/2015	–	–	–	–	–	–	–	–	(44.000)	(44.000)
Saldos em 31/12/2015	1.922.993	(39.913)	(39.913)	81.495	2.058.912	2.140.407	(93.273)	(361.053)	–	3.569.161
Aumento de capital conforme AGE de 30/03/2016	177.415	–	–	–	(177.415)	(177.415)	–	–	–	–
Aumento de capital conforme AGE de 19/12/2016	176.800	–	–	–	–	–	–	–	–	176.800
Em 11/05/2016 e em 10/08/2016 em RCA, respectivamente, aprovou e rratificou a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$180.134 à razão de R\$2,2596 por ação ON e R\$2,4856 por ação PN.	–	–	–	–	(180.134)	(180.134)	–	–	–	(180.134)
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	69.837	–	–	69.837
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	821.285	821.285
Proposta da destinação do resultado:										
Reserva legal	–	–	–	41.064	–	41.064	–	–	(41.064)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	482.221	482.221	–	–	(482.221)	–
Juros sobre o Capital Próprio - R\$0,6272 por ação ON e R\$0,6899 por ação PN conforme RCA aprovados em 31/03/2016	–	–	–	–	–	–	–	–	(50.000)	(50.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$2,6092 por ação ON e R\$2,8701 por ação PN conforme RCA aprovados em 19/12/2016	–	–	–	–	–	–	–	–	(208.000)	(208.000)
Dividendos intercalares - R\$0,5017 por ação ON e R\$0,5519 por ação PN conforme RCA de 15/03/2016	–	–	–	–	–	–	–	–	(40.000)	(40.000)
Saldos em 31/12/2016	2.272.208	(39.913)	(39.913)	122.559	2.183.584	2.306.143	(23.436)	(361.053)	–	4.158.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua







de sustentabilidade. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações pode-se destacar: processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização da rede de prestadores de serviço; programas de saúde ativa e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em Saúde:** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no patrimônio.

	2016	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas		
Aumento de 5% na sinistralidade	(490.233)	(269.628)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(7.549)	(4.152)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(38.801)	(21.341)
Redução de 5% na sinistralidade	490.233	269.628
Redução de 5% nas despesas administrativas	7.549	4.152
Redução de 5% nos custos de aquisição	38.801	21.341

	2015	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas		
Aumento de 5% na sinistralidade	(421.109)	(245.647)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(6.671)	(3.891)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(32.678)	(19.062)
Redução de 5% na sinistralidade	421.109	245.647
Redução de 5% nas despesas administrativas	6.671	3.891
Redução de 5% nos custos de aquisição	32.678	19.062

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo Departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas; e • Controles através de modelos estatísticos para avaliar oscilações periódicas discrepantes nas provisões. **4.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece

as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 5.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2016 e 2015.

Alocação dos investimentos		
Indexador	2016	2015
SELIC/CDI	3.533.499	3.049.045
IPCA	102.702	150.290
Ações	7.615	5.705
Outros	41.079	–
Total	3.684.895	3.205.040

Em relação ao risco presente na concentração de receita em outras moedas, a Companhia não possui parcelas expressivas de emissões de prêmios em moeda estrangeira em sua carteira. **4.3.1. Exposição residual:** A exposição residual reflete o descasamento entre os ativos e passivos após estudos de ALM, com o objetivo de otimizar a alocação de ativos financeiros levando em consideração as características do passivo (como volume, indexador, vencimento, taxa de juros, entre outros), buscando um casamento entre fluxos, para mitigar o risco de mercado. A tabela a seguir apresenta a exposição residual ao risco cambial, de renda variável e inflação.

Exposição ao risco de renda variável e inflação	2016	2015
Dólares norte americanos	39.943	45.037
Renda variável	7.615	5.705
Indexados a inflação	361.145	281.812

O risco residual é representado pela exposição em inflação, que calculado através da metodologia VaR, em 31/12/2016, foi de R\$113 (R\$161 em 2015). Para o cálculo foram confrontados ativos e passivos financeiros indexados à inflação. **4.3.2. Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2016 e 2015.

			Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda	Valor contábil
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano								
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	1.072.015	403.160	529.785	1.409.200	272.664	345	3.687.169	3.684.895	(2.274)	3.684.895
Valor justo por meio do resultado	1.072.015	–	–	–	–	345	1.072.360	1.072.015	(345)	1.072.015
Disponível para venda	–	403.160	529.785	1.409.200	272.664	–	2.614.809	2.612.880	(1.929)	2.612.880
Refinanciamento fiscal - REFIS	–	4.370	–	–	–	–	4.370	–	–	4.370
Passivos de seguros	–	2.280.429	12.985	15.325	5.942	2.598	–	–	–	2.317.279

			Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda	Valor contábil
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano								
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	927.523	342.477	255.628	1.476.220	205.616	338	3.207.802	3.205.040	(2.762)	3.205.040
Valor justo por meio do resultado	927.523	–	–	–	–	338	927.861	927.523	(338)	927.523
Disponível para venda	–	342.477	255.628	1.476.220	205.616	–	2.279.941	2.277.517	(2.424)	2.277.517
Refinanciamento fiscal - REFIS	–	14.113	–	–	–	–	14.113	–	–	14.113
Passivos de seguros	–	2.106.970	13.139	17.779	3.759	–	–	–	–	2.141.647

5. Aplicações. 5.1. Composição das aplicações:

	2016					
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda				
	Valor avaliado pela curva	Valor mercado/ contábil	Valor avaliado pela curva	Valor mercado/ contábil	Taxa média de juros	Total
Títulos de renda fixa - Privados	345	–	555.047	557.143	–	557.143
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	–	–	–	–	–	–
Pós-fixado CDI	–	–	–	–	–	–
Pós-fixado IPCA	–	–	–	–	–	–
Debêntures	–	–	65.632	65.640	105,49%CDI	65.640
Pós-fixado CDI	–	–	9.547	9.049	IPCA +5%a.a.	9.049
Pós-fixado IPCA	–	–	477.217	479.803	110,99%CDI	479.803
Letras financeiras	–	–	2.651	2.651	108,00%CDI	–
Notas promissórias	–	–	–	–	–	–
Outros	345	331	–	–	–	331
Redução ao valor recuperável	–	(331)	–	–	–	(331)
Títulos de renda fixa - Públicos	–	–	2.059.762	2.055.737	–	2.055.737
Letras financeiras do tesouro	–	–	1.964.175	1.962.084	SELIC	1.962.084
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–
Série B - Pós-fixado IPCA	–	–	95.587	93.653	IPCA+5,08%a.a.	93.653
Cotas de fundos de investimentos	1.072.015	1.072.015	–	–	–	1.072.015
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	1.064.400	1.064.400	–	–	–	1.064.400
Cotas de fundos de investimentos não exclusivo em ações	7.615	7.615	–	–	–	7.615
Subtotal	1.072.360	1.072.015	2.614.809	2.612.880	–	3.684.895
Percentual total contábil	–	29,09%	–	70,91%	100%	–
Outras aplicações	–	–	–	–	–	2.961
Total	–	–	–	–	–	3.687.856
Circulante	–	–	–	–	–	3.685.906
Não circulante	–	–	–	–	–	1.950

5.2. Movimentação das aplicações:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 01/01/2015	526.719	1.852.144	2.378.863
Aplicações	5.082.165	1.181.039	6.263.204
Rendimento resgate	(64.032)	(174.375)	(238.407)
Principal resgate	(4.693.191)	(857.475)	(5.550.666)
Resultado financeiro	76.194	278.827	355.021
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(332)	–	(332)
Ajuste a valor de mercado	–	(2.643)	(2.643)
Saldo em 31/12/2015	927.523	2.277.517	3.205.040
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2015	927.523	2.277.517	3.205.040
Aplicações	5.885.545	1.032.589	6.918.134
Rendimento resgate	(95.859)	(164.681)	(260.540)
Principal resgate	(5.766.417)	(862.026)	(6.628.443)
Resultado financeiro	120.571	328.987	449.558
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	652	–	652
Ajuste a valor de mercado	–	494	494
Saldo em 31/12/2016	1.072.015	2.612.880	3.684.895

**5.3. Análise de sensibilidade das aplicações:** As análises de sensibilidade das aplicações foram elaboradas considerando: (i) a metodologia de VaR Paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. As tabelas abaixo apresentam o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e o ganho ou perda com a variação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

	2015					
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda				
	Valor avaliado pela curva	Valor mercado/ contábil	Valor avaliado pela curva	Valor mercado/ contábil	Taxa média de juros	Total
Títulos de renda fixa - Privados	338	–	542.262	545.818	–	545.818
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	–	–	13.936	13.945	105,91%CDI	13.945
Pós-fixado CDI	–	–	8.959	8.099	IPCA+5%a.a.	8.099
Pós-fixado IPCA	–	–	–	–	–	–
Debêntures	–	–	–	–	–	–
Pós-fixado CDI	–	–	–	–	108,22%CDI	–
Pós-fixado IPCA	–	–	–	–	IPCA +5%a.a.	–
Letras financeiras	–	–	519.367	523.774	109,3%CDI	523.774
Outros	338	331	–	–	–	331
Redução ao valor recuperável	–	(331)	–	–	–	(331)
Títulos de renda fixa - Públicos	–	–	1.737.679	1.731.699	–	1.731.699
Letras financeiras do tesouro	–	–	1.589.655	1.589.509	SELIC	1.589.509
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–
Série B - Pós-fixado IPCA	–	–	148.024	142.190	IPCA+4,9%a.a.	142.190
Cotas de fundos de investimentos	927.523	927.523	–	–	–	927.523
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	921.818	921.818	–	–	–	921.818
Cotas de fundos de investimentos não exclusivo em ações	5.705	5.705	–	–	–	5.705
Subtotal	927.861	927.523	2.279.941	2.277.517	–	3.205.040
Percentual total contábil	–	28,94%	–	71,06%	100%	–
Outras aplicações	–	–	–	–	–	2.011
Total	–	–	–	–	–	3.207.051
Circulante	–	–	–	–	–	3.205.040
Não circulante	–	–	–	–	–	2.011

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa e multimercado.

	2016	
Fatores de risco	VAR 95% DV01 = 0,01%	
Prefixado	38	(6)
IPCA	55	16
Renda Variável	472	–
Outros	–	37
Total	455	47

	2015	
Fatores de risco	VAR 95% DV01 = 0,01%	
Prefixado	(64)	(5)
IPCA	250	23
Renda Variável	33	–
Total	219	18

Os ativos referenciados a CDI e SELIC não apresentam DV01 devido a effective duration ser de apenas 1 dia útil. Em relação ao VaR, tais fatores de risco não apresentaram resultados significativos devido a sua baixa volatilidade (inferiores a R\$1). **5.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA). A Companhia possui uma metodologia de classificação para os ativos que possui os seguintes níveis de hierarquia (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1:** Títulos de renda fixa - públicos: Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **Nível 2:** Certificados de depósito bancário (CDB) e Letras financeiras (LF): Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **Depósito a prazo com garantia especial (DPGE).** São títulos pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/

A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que a carteira é composta por ativos com liquidez imediata, apesar da distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.4. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprí-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos podem se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou resseguradores com os quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamento dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 6.2). **4.4.1. Alocação dos investimentos:** A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2016 90,6% (94,5% em 2015) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado.

Descrição	2016	2015
Renda fixa pública “risco soberano”	2.885.440	2.502.354
AAA (a)	452.238	527.194
AA+ até AA-	104.907	18.624
Outros	242.310	156.868
Total	3.684.895	3.205.040

(a) AAA refere-se a categoria com o menor grau de risco e BB a categoria com maior grau de riscos. **4.5. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos necessários. **4.6. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.6.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. **4.7. Gestão de capital:** A Companhia apura mensalmente, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2016 e 2015, o PLA da Companhia foi sempre suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as principais linhas de negócio e risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores. A tabela abaixo demonstra a suficiência do capital regulatório em relação ao PLA apurado nos exercícios de 2016 e 2015.

Descrição	2016	2015
Patrimônio líquido	4.158.949	3.569.161
Adições		
Obrigações legais	297.355	391.968
Deduções		
Participações diretas ou indiretas em empresas reguladas pela ANS, SUSEP e BACEN		
atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial	(895.688)	(897.464)
Despesas de comercialização diferida	(533.292)	(446.010)
Despesas antecipadas	(3.279)	(1.776)
Intangível	(88.505)	(79.390)
Patrimônio mínimo ajustado	2.935.540	2.536.489
0,20 dos prêmios retidos - Média anual dos 12 últimos meses	2.442.745	2.175.185
0,33 dos sinistros retidos - Média anual dos 36 últimos meses	2.900.011	2.570.679
Solvência	2.740.272	2.412.941
Suficiência	195.268	123.548

|--|--|



</



Sul América Companhia de Seguro Saúde

CNPJ 01.685.053/0001-56

(a) A ANS não exige o lastreamento por ativos garantidores para o total da PPCNG, conforme RN nº 392 de 09/12/2015. **13. Partes relacionadas:** **13.1. Transações:** As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2016	2015	2016	2015
Sul América S.A. (c) (d)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	–	–	30.350	17.171
Saepar Serviços e Participações S.A. (d)	Controladora indireta	Sul América S.A.	1.266	780	–	–
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (h) (i)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	24	24	195	163
Sul América Gestora de Recursos S.A. (a) (b) (d) (h) (i)	Controlada Indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	389	248	395	330
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (b) (d) (f) (g) (h)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	22.063	1.416	390	13
Sul América Companhia Nacional de Seguros (d) (h)	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	706	–	135	393
Sul América Saúde Companhia de Seguro (a) (b) (d) (k)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	815	–	262	152
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	21.124	–	–
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b) (d) (e) (h)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	2.285	13.500	7.108	4.522
Sul América Odontológico S.A. (a) (b) (d) (h)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	4.392	56	–	–
Sul América Capitalização S.A – SULACAP (d) (h)	Controlada Indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	1.116	22	32	–
Escritório de Advocacia Gouvea Vieira (j)	Outros	Outros	–	–	–	–
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (j)	Ligada	Outros	–	–	–	–
Gouvea Vieira Advogados Associados (j)	Ligada	Outros	–	–	–	–
Gouvea Vieira Advocacia (j)	Ligada	Outros	–	–	–	–
Healthways Brasil Serv. de Consultoria Ltda (l)	Coligada	Healthways International, S.Á.R.L	–	–	5.086	–
<b>Total</b>			<b>33.056</b>	<b>37.170</b>	<b>43.953</b>	<b>22.744</b>

(a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (c) Valor referente ao reembolso que a Companhia faz a SASA relacionado ao plano de bonificação de seus executivos com incentivo em ações (stock options) de emissão da SASA; (d) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, às operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (e) Valor referente ao seguro saúde a funcionários e dirigentes; (f) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (g) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido a todos os colaboradores; (h) Valor referente ao reembolso de aluguel de imóveis; (i) Valor referente à taxa de administração e gestão correspondente à 0,25% sobre o total da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente. (j) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (k) Valor referente ao cosseguro cedido; e (l) Valor referente à prestação de serviços e soluções em saúde. Os montantes de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP") recebidos e pagos pela Companhia, em 2016 e 2015, estão demonstrados a seguir:

Dividendos e JCP Recebidos		Dividendos e JCP Pagos		
2016	2015	2016	2015	
Sasa	–	–	77.248	59.905
Saepar	–	–	13.683	10.639
Salic	–	–	171.703	133.503
Sami	17.214	33.830	–	–
Sulaseg	10.000	108.150	–	–
Santa Cruz	201.258	17.607	–	–
Sulamed	13.500	21.068	–	–
Sulasáude	–	127.354	–	–
Sulodonto	–	10.000	–	–
Saga	908	–	–	–
<b>Total</b>	<b>242.880</b>	<b>318.009</b>	<b>262.634</b>	<b>204.047</b>

**15.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:**

Descrição	Saldos em 01/01/2015		Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / baixas	Transferência de carteira	Saldos em 31/12/2015	
<b>Cíveis e trabalhistas</b>								
Cíveis	95.932	61.555	20.401	(67.687)	1.699	111.900		
Trabalhistas	10.152	29	845	(1.788)	–	9.238		
Honorários	10.300	9.083	–	(7.642)	185	11.926		
Outros	13.890	9.987	2.194	(3.436)	–	22.635		
<b>Subtotal</b>	<b>130.274</b>	<b>80.654</b>	<b>23.440</b>	<b>(80.553)</b>	<b>1.884</b>	<b>155.699</b>		
<b>Tributárias:</b>								
PIS	72.571	–	5.216	–	–	77.787		
COFINS	242.176	–	18.273	–	–	260.449		
CSLL	200.263	47.099	19.848	(4.943)	–	262.267		
IRPJ	93.113	5.422	7.604	(4.813)	–	101.326		
INSS	42.474	2.181	2.935	–	–	47.590		
Honorários	27.340	3.872	1.615	(5.933)	–	26.894		
Outros	33.553	–	1.069	(17.576)	–	17.046		
<b>Subtotal</b>	<b>711.490</b>	<b>58.574</b>	<b>56.560</b>	<b>(33.265)</b>	<b>–</b>	<b>793.359</b>		
<b>Total</b>	<b>841.764</b>	<b>139.228</b>	<b>80.000</b>	<b>(113.818)</b>	<b>1.884</b>	<b>949.058</b>		
<b>Circulante</b>						<b>54.180</b>		
<b>Não circulante</b>						<b>894.878</b>		

**15.3. Obrigações fiscais:** As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia em 31/12/2016 e 2015, são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e outras receitas. A Companhia vinha depositando e provisionando o diferencial de alíquota de 1% sobre a receita bruta. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, a Companhia passou a depositar e provisionar, a partir de junho de 2009, somente os valores referentes a receita de sua atividade de seguro. Os citados depósitos foram realizados até junho de 2014, quando a Companhia interrompeu os depósitos judiciais e começou a realizar o seu pagamento. Atualmente, os valores referentes à majoração de 1% sobre as receitas provenientes das atividades de seguros estão totalmente provisionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração de 1 % sobre as receitas provenientes das atividades de seguros e reputam como possível a incidência desta contribuição sobre as outras receitas. **PIS:** A Companhia questionava a legalidade da contribuição ao PIS sobre a receita bruta à alíquota de 0,65%, determinada pelas Leis nºs 9.701/1998 e 9.718/1998, e vinha depositando judicialmente os valores exigidos. Em Junho/2008, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, tendo a sentença reconhecido o seu direito de recolher a contribuição sem a ampliação da base de cálculo, passando, a partir de 2008, a recolher o PIS sobre a receita da atividade de seguros. Adicionalmente, a Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1994, 10/1996 e 17/1997, cujos montantes encontram-se depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas. Os advogados reputam a probabilidade de perda como remota em relação à ofensa aos princípios constitucionais da anterioridade e irretroatividade e possível em relação aos demais aspectos. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à Companhia (e incorporadas), o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar n.º 77/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado, mas aguarda a homologação dos cálculos para levantamento do depósito judicial. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional o dispositivo legal que obsteu a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Os valores questionados encontram-se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. Atualmente, a Companhia aguarda a conversão em renda do depósito judicial realizado devido a decisão desfavorável já transitada em julgado. **CSLL:** De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social (CSLL) à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda. Adicionalmente, com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. Adicionalmente, com a edição do artigo 72, III do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 10/1996, a Companhia passou a ficar sujeita ao recolhimento da CSLL à alíquota de 30%. Assim, a Sul América Previdência Privada S.A., incorporada pela Companhia, impetrou o Mandado de Segurança nº 96.0006174–2, que assegurou o direito de não se sujeitar às disposições da EC nº 10/1996 no período de 01/01/1996 a 06/07/1996. Em 18/11/2015, a Companhia levantou o valor de R\$314, e realizou a reversão da provisão no mesmo valor e em julho/2016 houve a conversão em renda do saldo remanescente no valor de R\$ 476, com isso, todos os valores de depósito e provisão deste processo foram baixados. **15.4. Provisões judiciais:** **INSS:** A Companhia vem questionando e depositava judicialmente, a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituída pela Lei Complementar nº 84/1996 e regulamentada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguro não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando dessa forma fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda das demandas relativas à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos corretores de seguros e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. **15.5. Contingências:** Em 31/12/2016, o valor total em discussão dos processos fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$721.261 (R\$615.339 em 2015). Na avaliação da Administração sobre a possibilidade de saída de recursos nesses processos, o

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2016	2015	2016	2015
Sul América S.A. (c) (d)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	–	–	–	–
Saepar Serviços e Participações S.A. (d)	Controladora indireta	Sul América S.A.	–	–	–	–
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (h) (i)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	283	54 (2.039)	(2.800)	
Sul América Gestora de Recursos S.A. (a) (b) (d) (h) (i)	Controlada Indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	251	– (4.140)	(2.429)	
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (a) (b) (d) (f) (g) (h)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.926	256 (3.446)	(1.156)	
Sul América Companhia Nacional de Seguros (d) (h)	Controladora direta	Saepar Serviços e Participações S.A.	7.096	– (1.891)	(15.956)	
Sul América Saúde Companhia de Seguro (a) (b) (d) (k)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	143.433	– (175.364)	
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	–
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b) (d) (e) (h)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	880	36 (7.917)	(7.710)	
Sul América Odontológico S.A. (a) (b) (d) (h)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	880	–	–	–
Sul América Capitalização S.A – SULACAP (d) (h)	Controlada Indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	1.797	– (1.626)	–	–
Escritório de Advocacia Gouvea Vieira (j)	Outros	Outros	–	–	(596)	–
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (j)	Ligada	Outros	–	–	(2.509)	(3.014)
Gouvea Vieira Advogados Associados (j)	Ligada	Outros	–	–	–	(1.120)
Gouvea Vieira Advocacia (j)	Ligada	Outros	–	–	(13)	(12)
Healthways Brasil Serv. de Consultoria Ltda (l)	Coligada	Healthways International, S.Á.R.L	–	–	(34.160)	(3.103)
<b>Total</b>			<b>13.113</b>	<b>143.779 (58.337)</b>	<b>(212.664)</b>	

período de 15/06/2015 à 31/07/2015. O pagamento do segundo aluguel foi em 08/09/2015, referente ao período de 01/08/15 a 31/08/15 e assim sucessivamente, já com a variação do IGP-M desde 01/01/2013. A Lei de Locações e o contrato possuem disposições que impedem os locadores de rescindirem unilateralmente a locação, sendo que a Companhia poderá fazê-lo, desde que mediante o pagamento de multa. **15. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais:** Em 31/12/2016 e 2015, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais, fiscais e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir: **15.1. Depósitos judiciais:**

Descrição	2016	2015
<b>Fiscais:</b>		
COFINS	331.346	308.446
PIS	108.040	89.425
Contribuição Social	355.173	270.622
Imposto de renda	111.954	104.894
Outros	6.788	6.169
<b>Subtotal</b>	<b>913.301</b>	<b>779.556</b>
<b>Previdenciárias:</b>		
INSS	105.265	119.881
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações trabalhistas	5.342	6.830
Ações cíveis	208.799	187.361
<b>Subtotal</b>	<b>214.141</b>	<b>194.191</b>
<b>Total</b>	<b>1.232.707</b>	<b>1.093.628</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.232.707</b>	<b>1.093.628</b>

Descrição	Saldos em 31/12/2015	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2016	
<b>Cíveis e trabalhistas</b>						
Cíveis	111.900	83.804	19.080	(81.670)	133.114	
Trabalhistas	9.238	1.489	1.337	(4.569)	7.495	
Honorários	11.926	11.597	–	(9.124)	14.399	
Outros	22.635	27.172	2.519	(24.161)	28.165	
<b>Subtotal</b>	<b>155.699</b>	<b>124.062</b>	<b>22.936</b>	<b>(119.524)</b>	<b>183.173</b>	
<b>Tributárias:</b>						
PIS	77.787	–	5.440	–	83.227	
COFINS	260.449	–	19.325	(1.077)	278.697	
CSLL	262.267	54.196	29.425	(476)	345.412	
IRPJ	101.326	–	8.248	–	109.574	
INSS	47.590	–	2.848	(12.302)	38.136	
Honorários	26.894	2.305	2.425	(17.531)	14.093	
Outros	17.046	–	533	–	17.579	
<b>Subtotal</b>	<b>793.359</b>	<b>56.501</b>	<b>68.244</b>	<b>(31.386)</b>	<b>886.718</b>	
<b>Total</b>	<b>949.058</b>	<b>180.563</b>	<b>91.180</b>	<b>(150.910)</b>	<b>1.069.891</b>	
<b>Circulante</b>					<b>61.521</b>	
<b>Não circulante</b>					<b>1.008.370</b>	

limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **19.4. Reserva estatutária:** Constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações alocadas para reserva legal, de contingências, quando for o caso, além de dividendos não podendo exceder o montante do capital social, e tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; (ii) reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e (iii) financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia. Uma vez atingido tal limite, conforme estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalização ou para distribuição de dividendos aos acionistas. **19.5. Ajustes de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, principalmente os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, relativos a títulos próprios e de controladas, os ganhos e perdas atuariais do plano de benefício definido próprio e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. **19.6. Dividendos:** De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes asseguradas a percepção de dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias e a prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia, sem prêmio. Em 15/03/2016 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$40.000, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 29/02/2016, à razão de R\$0,5017 por ação ordinária e R\$0,5519 por ação preferencial, pago aos acionistas em 17/03/2016. Em 30/03/2016 foi aprovada, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos complementares no valor de R\$117.380 que, somado ao dividendo obrigatório declarado de R\$167.120, totalizou o montante de R\$284.500, ao qual foram imputados os dividendos intermediários, os juros sobre capital próprio e os dividendos intercalares aprovados nas reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 10/04/2015, 30/09/2015 e 09/11/2015 e ratificadas pela Assembleia. Em 31/03/2016 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$50.000, sendo R\$0,6272 por ação ordinária e R\$0,6899 por ação preferencial, pago aos acionistas na mesma data. Em 11/05/2016 o Conselho de Administração aprovou, conforme rerratificado em 10/08/2016, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$180.134, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 29/04/2016, à razão de R\$2.2596 por ação ordinária e R\$2,4856 por ação preferencial, pago aos acionistas em 13/05/2016. Em 19/12/2016 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$208.000, sendo R\$2,6092 por ação ordinária e R\$2,8701 por ação preferencial, pagos aos acionistas em 19/12/2016. **19.7. Distribuição do resultado:**

Descrição	2016	2015
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>1.209.498</b>	<b>967.457</b>
(-) Impostos e contribuições	(355.716)	(242.318)
(-) Participações	(32.497)	(32.227)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>821.285</b>	<b>692.912</b>
(+) Reversão de reserva estatutária e outros ajustes	–	10.751
<b>Lucro líquido após compensações</b>	<b>821.285</b>	<b>703.663</b>
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(41.064)	(35.183)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>780.221</b>	<b>668.480</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
<b>25% do lucro líquido ajustado</b>	<b>195.</b>	



continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

20.2. Sinistros ocorridos:

						2016							2015
						Total							Total
Antes da Lei (a)		Após a Lei (a)		Rede			Antes da Lei (a)		Após a Lei (a)		Rede		
Rede	Reembolso	Rede	Reembolso	Rede	Reembolso		Rede	Reembolso	Rede	Reembolso	Rede	Reembolso	
contratada		contratada		contratada			contratada		contratada		contratada		
Descrição							Descrição				Descrição		
Consultas	(85.483)	(48.541)	(743.064)	(232.641)	(828.547)	(281.182)	Consultas	(77.413)	(49.492)	(605.114)	(200.020)	(682.527)	(249.512)
Exames	(245.455)	(11.475)	(1.782.452)	(51.869)	(2.027.907)	(63.344)	Exames	(241.339)	6.314	(1.526.731)	(41.029)	(1.768.070)	(34.715)
Terapias	(96.565)	(3.938)	(354.673)	(10.458)	(451.238)	(14.396)	Terapias	(84.307)	(4.145)	(273.755)	(10.085)	(358.062)	(14.230)
Internações	(832.631)	(52.912)	(3.971.467)	(267.400)	(4.804.098)	(320.312)	Internações	(774.728)	(43.557)	(3.325.121)	(219.868)	(4.099.849)	(263.425)
Outros (b)	(181.043)	(24.101)	(708.739)	(163.473)	(889.782)	(187.574)	Outros (b)	(174.825)	(26.775)	(565.592)	(123.052)	(740.417)	(149.827)
Subtotal	(1.441.177)	(140.967)	(7.560.395)	(725.841)	(9.001.572)	(866.808)	Subtotal	(1.352.612)	(117.655)	(6.296.313)	(594.054)	(7.648.925)	(711.709)
Total						(9.868.380)	Total						(8.360.634)

20.3. Despesas de comercialização:

Descrição	2016	2015
Comissões sobre prêmio retido:		
Sobre prêmios	(626.700)	(554.624)
Sobre agenciamento	(235.775)	(203.417)
Variação de despesas de comercializações diferidas	82.155	88.036
	(780.320)	(670.005)
Comissões sobre cosseguro cedido:		
Sobre prêmios	–	4.733
Sobre agenciamento	–	8.615
Variação de despesas de comercializações diferidas	–	(2.220)
	–	11.128
Total	(780.320)	(658.877)

20.4. Despesas administrativas:

Descrição	2016	2015
Pessoal próprio	(331.370)	(299.703)
Incentivos em ações	(7.809)	(5.571)
Serviços de terceiros	(149.842)	(138.398)
Localização e funcionamento	(96.385)	(96.023)
Despesas com tributos	(9.444)	(7.572)
Outras	(74.537)	(81.709)
Total	(669.387)	(628.976)

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica “Pessoal próprio, estão representados de forma detalhada na tabela a seguir:

Descrição	2016	2015
Remunerações	(170.025)	(148.916)
Encargos sociais	(62.899)	(57.279)
Indenizações e rescisões	(7.206)	(7.274)
Vale alimentação, refeição e transporte	(32.079)	(31.445)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(9.540)	(9.128)
Outros benefícios	(10.407)	(8.987)
Total	(292.156)	(263.029)

20.5. Outras despesas operacionais:

Em 31/12/2016, as “Outras despesas operacionais”, no montante de R\$349.718 (R\$298.689 em 2015), estão registradas nas rubricas “Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde”, no montante de R\$336.080 (R\$298.500 em 2015) e “Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora”, no montante de R\$13.638 (R\$189 em 2015), compostos da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Despesas com operações de seguros	(7.425)	(7.485)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros	(105.595)	(105.873)
Serviços técnicos de seguros	(22.577)	(8.319)
(Constituição) / Reversão da provisão para riscos de crédito	(82.865)	(56.704)
Despesas com cobrança de seguros	(131.256)	(120.308)
Total	(349.718)	(298.689)

Conselho de Administração: Presidente:

Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas. Conselheiros:

Gabriel Portella Fagundes Filho; Carlos Infante Santos de Castro; e Solange Beatriz Palheiro Mendes. Diretoria:

Diretor-presidente:

Gabriel Portella Fagundes Filho. Diretores vice-presidentes:

Arthur Farme d’Amoed Neto; Marco Antonio Antunes da Silva; e Maurício da Silva Lopes. Diretores:

André Luiz Lauzana dos Santos; Christian Rogério Menezes; Emil Andery; Erika Fuga Rossi; Gabriel Antoine de Ségur de Charbonnières; José Fernando Conforto; Laenio Pereira dos Santos; Manoel Roberto Gottsfritz Cardoso; Patrícia Quirico Coimbra; Raquel Reis Correa Giglio; Reinaldo Amorim Lopes; Renato Roperto; Ricardo Bottas Dourado dos Santos; Solange Zaquem Thompson Motta; e Tereza Villas Boas Veloso. Contador:

Ivandro de Almeida Oliveira - CRC - RJ 076.168/O-7. Atuária:

Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho - MIBA/MTPS/963.

20.6. Resultado financeiro líquido:

Descrição	2016	2015
Títulos e valores mobiliários	449.558	355.021
Valor justo por meio do resultado	120.571	76.194
Disponível para venda	328.987	278.827
Operações de seguros	45.478	40.343
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	10.465	9.589
Juros de mora	–	(1.593)
Outros	41.852	7.334
Total	547.353	410.694

Receitas financeiras:

Descrição	2016	2015
Valorização de cotas de fundos de investimentos	117.140	83.440
Títulos de renda fixa - privados	104.358	92.131
Títulos de renda fixa - públicos	262.466	191.524
Operações de seguros	47.436	41.789
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	103.949	98.342
Outras	49.165	15.787
Total	684.514	523.013

Despesas financeiras:

Descrição	2016	2015
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(34.406)	(12.074)
Operações de seguro	(1.958)	(1.446)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(93.484)	(88.753)
Juros de mora	–	(1.593)
Outras	(7.313)	(8.453)
Total	(137.161)	(112.319)

20.7. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas aliquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	1.209.498	1.209.498	967.457	967.457
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(302.375)	(241.900)	(241.864)	(193.491)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	–	–	–	19.841
Correntes:				
Adições:				
Atualização de depósitos judiciais (Decisão favorável)	(21.349)	(17.079)	–	–
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(15.396)	(12.455)	(16.911)	(13.678)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	–	–	(14.816)	(11.853)
Despesas indedutíveis	(11.255)	(4.886)	(10.897)	(6.063)
Provisões não dedutíveis	–	–	(971)	(777)
Outras	(189)	1.052	–	–
Subtotal	(48.189)	(33.368)	(43.595)	(32.371)

20.8. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas aliquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	1.209.498	1.209.498	967.457	967.457
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(302.375)	(241.900)	(241.864)	(193.491)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	–	–	–	19.841
Correntes:				
Adições:				
Atualização de depósitos judiciais (Decisão favorável)	(21.349)	(17.079)	–	–
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(15.396)	(12.455)	(16.911)	(13.678)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	–	–	(14.816)	(11.853)
Despesas indedutíveis	(11.255)	(4.886)	(10.897)	(6.063)
Provisões não dedutíveis	–	–	(971)	(777)
Outras	(189)	1.052	–	–
Subtotal	(48.189)	(33.368)	(43.595)	(32.371)

20.9. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas aliquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	1.209.498	1.209.498	967.457	967.457
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(302.375)	(241.900)	(241.864)	(193.491)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	–	–	–	19.841
Correntes:				
Adições:				
Atualização de depósitos judiciais (Decisão favorável)	(21.349)	(17.079)	–	–
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(15.396)	(12.455)	(16.911)	(13.678)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	–	–	(14.816)	(11.853)
Despesas indedutíveis	(11.255)	(4.886)	(10.897)	(6.063)
Provisões não dedutíveis	–	–	(971)	(777)
Outras	(189)	1.052	–	–
Subtotal	(48.189)	(33.368)	(43.595)	(32.371)

20.10. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas aliquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	1.209.498	1.209.498	967.457	967.457
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(302.375)	(241.900)	(241.864)	(193.491)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	–	–	–	19.841
Correntes:				
Adições:				
Atualização de depósitos judiciais (Decisão favorável)	(21.349)	(17.079)	–	–
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(15.396)	(12.455)	(16.911)	(13.678)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	–	–	(14.816)	(11.853)
Despesas indedutíveis	(11.255)	(4.886)	(10.897)	(6.063)
Provisões não dedutíveis	–	–	(971)	(777)
Outras	(189)	1.052	–	–
Subtotal	(48.189)	(33.368)	(43.595)	(32.371)

20.11. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas aliquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	1.209.498	1.209.498	967.457	967.457
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(302.375)	(241.900)	(241.864)	(193.491)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	–	–	–	19.841
Correntes:				
Adições:				
Atualização de depósitos judiciais (Decisão favorável)	(21.349)	(17.079)	–	–
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(15.396)	(12.455)	(16.911)	(13.678)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	–	–	(14.816)	(11.853)
Despesas indedutíveis	(11.255)	(4.886)	(10.897)	(6.063)
Provisões não dedutíveis	–	–	(971)	(777)
Outras	(189)	1.052	–	–
Subtotal	(48.189)	(33.368)	(43.595)	(32.371)

20.12. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas aliquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	1.209.498	1.209.498	967.457	967.457
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(302.375)	(241.900)	(241.864)	(193.491)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	–	–	–	19.841
Correntes:				
Adições:				
Atualização de depósitos judiciais (Decisão favorável)	(21.349)	(17.079)	–	–
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(15.396)	(12.455)	(16.911)	(13.678)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	–	–	(14.816)	(11.853)
Despesas indedutíveis	(11.255)	(4.886)	(10.897)	(6.063)
Provisões não dedutíveis	–	–	(971)	(777)
Outras	(189)	1.052	–	–
Subtotal	(48.189)	(33.368)	(43.595)	(32.371)

20.13. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas aliquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	1.209.498	1.209.498	967.457	967.457
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(302.375)	(241.900)	(241.864)	(193.491)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	–	–	–	19.841
Correntes:				
Adições:				
Atualização de depósitos judiciais (Decisão favorável)	(21.349)	(17.079)	–	–
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(15.396)	(12.455)	(16.911)	(13.678)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	–	–	(14.816)	(11.853)
Despesas indedutíveis	(11.255)	(4.886)	(10.897)	(6.063)
Provisões não dedutíveis	–	–	(971)	(777)
Outras	(189)	1.052	–	–
Subtotal	(48.189)	(33.368)	(43.595)	(32.371)

20.14. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas aliquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	1.209.498	1.209.498	967.457	967.457
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(302.375)	(241.900)	(241.864)	(193.491)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	–	–	–	19.841
Correntes:				
Adições:				
Atualização de depósitos judiciais (Decisão favorável)	(21.349)	(17.079)	–	–
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(15.396)	(12.455)	(16.911)	(13.678)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	–	–	(14.816)	(11.853)
Despesas indedutíveis	(11.255)	(4.886)	(10.897)	(6.063)
Provisões não dedutíveis	–	–	(971)	(777)
Outras	(189)	1.052	–	–
Subtotal	(48.189)	(33.368)	(43.595)	(32.371)

20.15. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas aliquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	1.209.498	1.209.498	967.457	967.457
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(302.375)	(241.900)	(241.864)	(193.491)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	–	–	–	19.841
Correntes:				
Adições:				
Atualização de depósitos judiciais (Decisão favorável)	(21.349)	(17.079)	–	–
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(15.396)	(12.455)	(16.911)	(13.678)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	–	–	(14.816)	(11.853)
Despesas indedutíveis	(11.255)	(4.886)	(10.897)	(6.063)
Provisões não dedutíveis	–	–	(971)	(777)
Outras	(189)	1.052	–	–
Subtotal	(48.189)	(33.368)	(43.595)	(32.371)

20.16. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas aliquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	1.209.498	1.209.498	967.457	967.457
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(302.375)	(241.900)	(241.864)	(193.491)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	–	–	–	19.841
Correntes:				
Adições:				
Atualização de depósitos judiciais (Decisão favorável)	(21.349)	(17.079)	–	–
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(15.396)	(12.455)	(16.911)	(13.678)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	–	–	(14.816)	(11.853)
Despesas indedutíveis	(11.255)	(4.886)	(10.897)	(6.063)
Provisões não dedutíveis	–	–	(971)	(777)
Outras	(189)	1.052	–	–
Subtotal	(48.189)	(33.368)	(43.595)	(32.371)

20.17. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas aliquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	1.209.498	1.209.498	967.457	967.457
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(302.375)	(241.900)	(241.864)	(193.491)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	–	–	–	19.841
Correntes:				
Adições:				
Atualização de depósitos judiciais (Decisão favorável)	(21.349)	(17.079)	–	–
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(15.396)	(12.455)	(16.911)	(13.678)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	–	–	(14.816)	(11.853)
Despesas indedutíveis	(11.255)	(4.886)	(10.897)	(6.063)
Provisões não dedutíveis	–	–	(971)	(777)
Outras	(189)	1.052	–	–
Subtotal	(48.189)	(33.368)	(43.595)	(32.371)

20.18. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social

ABIQUIM

# Déficit comercial de produtos químicos atinge US\$ 1,6 bilhão no mês passado

As importações totalizaram US\$ 2,7 bilhões em janeiro de 2017, o que representa um aumento de 11,4% na comparação com o mesmo mês no ano passado e queda de 2,2% ante dezembro de 2016

A balança comercial de produtos químicos registrou um déficit de US\$ 1,6 bilhão em janeiro e de US\$ 22,1 bilhões nos últimos doze meses (fevereiro de 2016 a janeiro de 2017), segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

As importações de produtos químicos totalizaram US\$ 2,7 bilhões em janeiro de 2017, o que representa um aumento de 11,4% na

comparação com o mesmo mês no ano passado e uma leve redução de 2,2% em relação ao mês de dezembro de 2016. Em termos de volumes, as compras externas, de 3,8 milhões de toneladas, representam o patamar mais elevado para um mês de janeiro em toda a série histórica observada na balança comercial de produtos químicos.

De acordo com a entidade, os produtos químicos para o agronegócio impul-

sionaram as importações no mês, sobretudo os intermediários para fertilizantes, cujas compras externas de 2,5 milhões de toneladas (US\$ 558 milhões) registraram aumento de 158,2% em relação a janeiro de 2016.

Já as exportações, de US\$ 1,1 bilhão, tiveram aumento de 14,5% em relação a janeiro de 2016, mas pequena queda de 2,9% na comparação com dezembro passado. Os volumes exportados, de 1,5 milhão de tone-

ladas, foram 6,4% e 11,0% superiores nas comparações com iguais períodos. As resinas termoplásticas foram os produtos químicos mais exportados pelo País no mês, representando 17,8% (US\$ 192,5 milhões) das vendas externas brasileiras de produtos químicos.

Para a diretora de Assuntos de Comércio Exterior da Abiquim, Denise Naranjo, 2017 será de intensificação das trocas comerciais brasileiras em produtos químicos,

em linha com as perspectivas de retomada do crescimento econômico nacional, mas ainda é cedo para se ter clareza da dimensão do déficit setorial no ano.

Já o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo, entende que o país perde um momento favorável para atrair novos investimentos produtivos que possam reverter o déficit setorial. “É lamentável que o Brasil esteja desperdiçando excelentes oportu-

nidades de investimentos para passar a suprir com fabricação nacional a crescente demanda por produtos químicos, particularmente daqueles para o agronegócio. Isso só aumenta a dependência externa brasileira por insumos estratégicos para o campo, alavancando a geração de empregos de excelente qualidade e renda em países estrangeiros e comprometendo o desempenho futuro desse setor”, avalia Figueiredo.